

1 **ATA DA 390ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEPRAM - CERIMÔNIA DE POSSE**
2 **PARA A GESTÃO 2017/2018.**

3 No dia seis de dezembro de dois mil e dezesseis ocorreu a cerimônia de posse
4 do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM no auditório da Secretaria
5 da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura, situada na Av. Luiz
6 Viana Filho, 4ª Avenida, nº 405, Centro Administrativo da Bahia – CAB, a partir
7 das dez horas. A Sra. Mariana Mascarenhas, coordenadora da Secretaria
8 Executiva do CEPRAM (SECEX), saudou a todos e como havia quórum
9 regimental deu início a cerimônia. Registrou a ausência do Secretário e
10 Presidente deste Conselho, o Sr. Eugênio Spengler, por motivos de sua
11 participação em reunião com o Governador e os Prefeitos eleitos. Convidou
12 para compor a mesa: Sra. Cibele Carvalho, chefe de gabinete da Secretaria do
13 Meio Ambiente – SEMA, Sr. Welton Rocha, chefe de gabinete do Instituto do
14 Meio Ambiente e de Recursos Hídricos – INEMA, Sr. Evilásio Fraga,
15 representante do setor empresarial através do Sindicato dos Produtores de
16 Ibicoara, Sr. Daniel Barreto, representante da sociedade civil através da
17 entidade ambientalista GAMBÁ. Esses são os segmentos que fazem parte da
18 composição deste Conselho. Convidou a todos ficar de pé para execução do
19 Hino 2 de Julho. Após, passou a palavra ao Sr. Daniel Barreto que agradeceu a
20 entidade GAMBÁ na pessoa do Sr. Renato Cunha por tê-lo convidado, na
21 condição de titular, para representar essa conceituada instituição para a gestão
22 do biênio 2017/2018. Agradeceu a confiança e o reconhecimento pelo trabalho
23 que vinha sendo realizado por ele, desde 2010, quando representou o Instituto
24 de Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável do Oeste da Bahia –
25 BIOESTE e o Grupo de Defesa e Promoção Sócio Ambiental – GERMEN nas
26 gestões anteriores. Relatou que nesses 15 (quinze) anos, quase nada
27 aconteceu em favor do meio ambiente, nem tão pouco no CEPRAM, além dos
28 inúmeros processos administrativos que são julgados em última instância
29 administrativa. Registrou que foram votadas políticas públicas deveras
30 importantes, colocando que duvidava da importância dessa ação. Lamentou se
31 seria válido deslocar-se de tão longe, por mais de 800 km, para participar de
32 uma reunião sem tomar banho, sem café da manhã e questionava se sua
33 função seria unicamente legitimar as pautas desse governo, e, ainda, se via
34 obrigado a ouvir e tomar conhecimento através de outros companheiros que
35 pessoas que representam o secretário Eugênio faziam acusações contra
36 instituições e membros da sociedade civil afirmando que o processo
37 licenciatório fora retirado do CEPRAM porque haviam instituições da
38 sociedade civil que vendiam os seus votos. Disse que, apesar desses
39 percalços, seguiria a sua luta em prol do meio ambiente, sempre defendendo a
40 sociedade civil e o faz com amor no coração, acreditando que o pouco que faz
41 poderá um dia fazer a diferença, para que possa servir de exemplo as futuras
42 gerações. Esperava que essa gestão que inicia seus trabalhos nesta data,
43 possa fazer algo em prol do meio ambiente, também que nos próximos 02
44 (dois) anos o gestor da pasta ambiental do Estado da Bahia e o próprio Estado
45 valorize mais a sociedade civil. Nessa oportunidade, apresentou algumas
46 reivindicações que buscam o fortalecimento da sociedade civil dentro do
47 Conselho para esses próximos 02 (dois) anos, a saber: revisão da Resolução
48 nº 3.967 de 2009 que trata do Cadastro Estadual das Entidades
49 Socioambientalistas da Bahia; promover uma divulgação contínua de adesão a
50 esse cadastro; sugeriu realizar um evento com a participação de todas as

51 entidades que compõem o Cadastro das Entidades do Meio Ambiente antes da
52 4ª. Conferência Estadual do Meio Ambiente para apresentar as deliberações e
53 fortalecer essa Conferência; sugeriu reuniões preparatórias antecedendo as
54 reuniões ordinárias e ou conjuntas, quando ocorrerem, com o secretário ou um
55 representante designado, para efeito de alinhamento de pauta, podendo se
56 estender aos demais setores. Diante das reivindicações apresentadas, pediu
57 que constasse nesta ata que os representantes das entidades ambientalistas
58 empossados nesta data, bem como os que estavam se desligando, ratificaram
59 e apoiaram o pronunciamento da ASCRA no evento: *“o sistema de meio*
60 *ambiente e recursos hídricos que queremos”* promovido pela mesma, no dia 1º
61 de dezembro de 2016, em frente à sede do INEMA, CAB. Concordaram com as
62 reivindicações apresentadas pelos servidores naquele momento, a saber: “Os
63 servidores apresentam as reivindicações para melhoria da gestão ambiental e
64 de recursos hídricos da Bahia: 1. Fortalecimento da participação social na
65 gestão ambiental: Fortalecimento do CEPRAM na elaboração de normas e
66 políticas ambientais; Fortalecimento dos demais órgãos colegiados (CONERH,
67 CIEA, Comitês de Bacias e Conselhos Gestores de UCs); Realização da 4ª
68 Conferência Estadual de Meio Ambiente. 2. Licenciamento ambiental:
69 Reavaliação dos procedimentos das CTGAs nas instituições públicas e
70 extinção das CTGAs de empreendimentos privados por meio de secretarias do
71 Estado (Ex: Parques Eólicos / SDE); Retomar o Licenciamento Ambiental
72 padrão de atividades agrossilvopastoris, nos termos da legislação federal;
73 Suspensão da Licença por Adesão e Compromisso (LAC) para avaliação da
74 sua pertinência e seus procedimentos; Realização e divulgação do balanço das
75 Autorizações de Supressão Vegetal emitidas no estado; Transparência na
76 divulgação dos dados do CEFIR/CAR no Portal do SEIA. 3. Gestão de
77 recursos hídricos: Conclusão dos Planos de Bacia iniciados em 2012; Iniciar a
78 Cobrança pelo Uso da Água apenas nas bacias que tenham os demais
79 instrumentos de gestão implementados; Implantação de um sistema de
80 emissão e monitoramento de outorga de uso da água. 4. Gestão da
81 biodiversidade: Implantação de 03 CETAS estaduais em 2017; Elaboração de
82 Política ou Programa Estadual de Restauração Florestal; Proteção legal para
83 os biomas Caatinga e Cerrado, através de lei específica; Regulamentação do
84 Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). 5. Gestão das unidades de
85 conservação: Nomeação de gestores para todas as Unidades de Conservação;
86 Criação das Unidades de Conservação em Curaçá, Gruta dos Brejões, e na
87 Bacia do rio Almada. 6. Gestão do INEMA e SEMA: Participação efetiva dos
88 servidores na escolha dos diretores do INEMA e da SEMA; Participação efetiva
89 dos servidores na elaboração de normas, políticas e sistemas de gestão;
90 Fortalecimento das Unidades Regionais e Postos Avançados do INEMA;
91 Melhoria da infraestrutura da sede do INEMA e das Unidades Regionais;
92 Transparência na gestão administrativa e financeira do INEMA e da SEMA;
93 Retorno da gestão dos Fundos (FERFA e FERHBA) para o INEMA; Publicação
94 do regimento interno do INEMA e da SEMA; Implantação de um programa de
95 aperfeiçoamento profissional continuado dos servidores do meio ambiente e
96 recursos hídricos. Após, pediu explicações sobre as alegações e acusações
97 feitas à sociedade civil durante um evento em Porto Seguro por um
98 representante do secretário alegando que, na época que o Conselho fazia
99 parte do licenciamento, instituições da sociedade civil vendiam os seus votos.
100 Lamentou a ausência do secretário de quem gostaria ouvir essa resposta. Em

101 seguida, a Sra. Mariana Mascarenhas convidou o superintendente do IBAMA
102 Sr. Rúben Angel Zaldivar, representante do Governo Federal para fazer parte
103 da mesa. Passou a palavra ao Sr. Evilásio Fraga que saudou a todos. O Sr.
104 Evilásio registrou que há algum tempo atuava neste Conselho, além do
105 CONERH, Comitê de Bacias e Fóruns que a sociedade se faz presente,
106 compartilhando com o Estado nas tomadas de decisões. Comentou que viu
107 avanços para o bom funcionamento deste Conselho, a exemplo da participação
108 tripartite e paritária, com representações proporcionais de todos dos 03 (três)
109 segmentos: poder público, sociedade civil e setor econômico, mas entendia
110 que isso somente não era suficiente, será preciso uma agenda de trabalho para
111 esse novo biênio para que possa objetivar ações mais efetivas, contribuindo
112 para uma boa gestão do Estado de forma integrada e participativa. Afirmou que
113 entendia as posições diversas que ocorrem no Conselho considerando ser
114 esse o papel, para que, cada segmento expresse sua opinião, seu sentimento
115 e dessa forma tentar construir os consensos necessários e importantes para
116 atender as demandas da sociedade. Comentou que as opiniões nem sempre
117 prevalecem, nem sempre se consegue obter o êxito na tomada de decisão.
118 Entendia que era preciso dar melhores condições para o funcionamento das
119 Câmaras Técnicas onde ocorrem as discussões mais aprofundadas. De certa
120 forma, considerava importante e pertinente o pleito apresentado por Daniel
121 Barreto. Colocou que, era compreensivo os desafios que a sociedade
122 brasileira estava passando, há vários trimestres, a atividade econômica
123 apresentava déficit e o Estado como fonte arrecadadora de impostos para
124 prestar serviços à sociedade, sofria com essa situação. Comentou que a
125 mudança desse quadro passa por uma atitude de toda a sociedade, incluindo
126 esse Conselho. Diante do exposto, ratificou que era preciso ter o compromisso
127 de buscar ações que gerem efetivamente resultados objetivos, que possa
128 garantir a boa gestão ambiental e o bom andamento da atividade econômica do
129 Estado. Mariana Mascarenhas passou a palavra ao Sr. Rúben Zaldivar que
130 iniciou sua fala comentando que fez parte do quadro da SEMA e estava, há 18
131 dias, assumindo a Superintendência de Planejamento Ambiental do IBAMA
132 com objetivo de buscar articulações necessárias para contribuir com o bom
133 andamento das atividades do Estado. Falou de sua preocupação com a
134 questão de recursos hídricos, considerando que o país estava vivendo uma das
135 piores crises hídricas. Comentou sobre o seu envolvimento com o Programa
136 Água Doce que visava atender as comunidades mais difusas do sertão. Disse
137 que acreditava em poder construir com as dificuldades expostas, mas também
138 ouvir a sociedade civil, bem como será importante a participação de todos. Em
139 seguida, Mariana passou a palavra ao Sr. Welton que agradeceu a presença
140 de todos dando boas vindas aos novos conselheiros; citou o grande problema
141 da escassez hídrica, a necessidade de insistir no desenvolvimento sustentável
142 para cuidar melhor dos recursos hídricos. Ressaltou que, tanto o INEMA como
143 a SEMA, estarão à disposição para continuar com o diálogo e implementar as
144 melhores ações. Destacou que o Conselho terá um grande desafio, inclusive
145 de sugestões para o desenvolvimento de algumas regiões que se instalam as
146 grandes crises hídricas. A palavra foi passada a Sra. Cibeles de Carvalho que
147 representou o Secretário Eugenio Spengler. Registrou que o secretário se
148 encontrava na UPB fazendo parte da Comitativa com o Governador e demais
149 Secretários, num encontro com todos os Prefeitos eleitos, para apresentar
150 todas as ações sobre meio ambiente e interagir com os novos gestores.

151 Cumprimentou a todos, desejou um biênio de muito êxito, discussão e
152 participação. Disse que ouviu atentamente as inquietações das falas de Daniel
153 e Evilásio Fraga, respectivamente. Destacou que o Conselho atuava na diretriz
154 de implementação da Política Estadual do Meio Ambiente e, acima de tudo, da
155 proteção da biodiversidade. Ressaltou que o papel do Conselho era muito
156 relevante. Parabenizou aos conselheiros do biênio anterior com relação a
157 atuação firmada neste Conselho e desejou êxito aos novos que estavam se
158 empossando. Reafirmou que o Governo da Bahia sempre prezarà pela
159 qualidade de vida, pela proteção do meio ambiente em cumprimento à
160 Legislação Ambiental. Com relação às reivindicações da ASCRA
161 apresentadas, através de Daniel, disse que as autoridades competentes
162 receberam os pleitos, lembrou que vários deles já vem sendo trabalhados pela
163 SEMA e INEMA. Algumas dessas reivindicações já apresentam, inclusive,
164 resultados como no caso dos planos de bacias que estão em pleno andamento,
165 a criação de Unidades de Conservação que está em discussão, outras ações
166 estão sendo implementadas, a exemplo da gestão dos Parques de Pituaçu,
167 Abaeté, Zoológico e uma série de ações importantes que, certamente, durante
168 os próximos 02 (dois) anos serão discutidas e aprofundadas com o Conselho.
169 Comentou que o Programa Água Doce estava dentro da estrutura da SEMA
170 antes, sob a diretoria do Sr. Rúben, atual superintendente do IBAMA.
171 Ressaltou que, com R\$ 62 (sessenta e dois) milhões, implantou 145 (cento e
172 quarenta e cinco) sistemas dessalinizadores sustentáveis em 65 (sessenta e
173 cinco) municípios do semiárido baiano. Registrou que o sistema SEMA/INEMA
174 sempre atendeu os representantes da ASCRA, bem como o secretário não se
175 furtará em discutir todas as reivindicações que são pertinentes. Retratou que os
176 avanços obtidos promoveram um desenvolvimento sustentável da Bahia. Por
177 fim, afirmou que todos que foram indicados para integrar este Conselho
178 dispõem de plenas condições em contribuir e colaborar para proteção do meio
179 ambiente e garantir a qualidade de vida tão almejada pela sociedade baiana.
180 Posteriormente, Mariana Mascarenhas registrou que, no ato desta cerimônia,
181 cada segmento indicou um representante para receber o Termo de Posse em
182 nome dos demais membros. Convidou a representante da sociedade civil
183 através da entidade ambientalista PRISMA, Sra. Lucidalva de Souza Nogueira;
184 como representante do setor empresarial através do Comitê de Fomento
185 Industrial de Camaçari – COFIC, Sr. Aurinézio Calheira Barbosa; como
186 representante do poder público através da União dos Municípios e Prefeitos da
187 Bahia – UPB, Sr. Wal Goulart de Macedo Junior. Em seguida, Mariana passou
188 a palavra ao Sr. Martin Mayr, que explicou que nessa Posse teve a
189 oportunidade de fazer uma reflexão que poderá levar ao caminho concreto e
190 em comum para participar deste Conselho. O grande desafio era conjugar uma
191 grande responsabilidade ecológica com determinadas aspirações sociais; citou
192 a questão dos limites perante as disponibilidades de recursos em vários
193 sentidos. Ressaltou que, aquele que não participar deste Conselho com essa
194 preocupação básica enfrentará um desafio de ter essa consciência, caso
195 contrário não terá muita razão de participar. A palavra foi concedida ao Sr.
196 Raimundo Konmannanjy da Associação Nacional, Cultural de Preservação do
197 Patrimônio representando Povos e Comunidades Tradicionais argumentou tem
198 como missão mostrar ao Governo que seu povo trabalha com a
199 sociobiodiversidade; disse que estão em cada bioma desse Estado. Destacou
200 que não foi falado sobre o bioma Mata Atlântica que vinha sofrendo grande

201 impacto com a questão industrial. Colocou que, acabando a Mata Atlântica,
202 acabaria a ancestralidade e a razão de Ser. O Sr. João Lopes demonstrou sua
203 satisfação em continuar como integrante deste Conselho, saudou a todos
204 representantes do sistema SEMA/INEMA e demais integrantes. Comentou que,
205 nunca será realizado tudo que a sociedade civil pleiteia, assim como os demais
206 segmentos, pelo menos de forma imediata. Em sua opinião, deve se buscar
207 essa convivência e tentar que o Estado avance. Por fim, Mariana Mascarenhas
208 agradeceu a presença de todos, finalizou-se a cerimônia de Posse, a presente
209 ata será assinada pela Conselheira Mariana Mascarenhas, Secretária
210 executiva e presidente em exercício nessa ocasião. Salvador, 06 de dezembro
211 de 2016.

212

213 Presidente em exercício e secretária executiva:

214 Mariana Stefanelli Mascarenhas – SECEX/SEMA

M. Mascarenhas

215 **Membros:**

216 Agnaldo Bahia Monteiro Neto – FEBASE
217 Alessandra Terezinha Chaves Cotrim Reis – AIBA
218 Amanda Sabtos Silva – ADES
219 Arlinda Conceição Dias Coelho – SINDICAL
220 Aurinézio Calheira Barbosa – COFIC
221 Beatriz da Cruz Pitta – SDE
222 Carlos Martins Marques de Santana – SEDUR
223 Célia Cavalcanti – IBAMA
224 Daniel Melo Barreto – GAMBÁ
225 Dhone Dognani – Sind. Produtores Rurais de Luiz Eduardo Magalhães
226 Evilásio da Silva Fraga – Sind. Produtores Rurais de Ibicoara
227 Guilherme de Castro Lino Bonfim – SEAGRI
228 João Lopes Araujo – ASSOCAFÉ
229 José Augusto Pinto de Queiroz – CREA-BA
230 Josefa Rita da Silva – FETAG
231 Lidervan Mota Moraes – ABAPA
232 Lívia Oliveira de Carvalho – SEPLAN
233 Lucélia de Melo Berbert – Instituto Baleia Jubarte
234 Lucidalva Rodrigues de Souza Nogueira – PRISMA
235 Luena Patrícia Groeflin Fernandes – Instituto Baleia Jubarte
236 Luiz Carlos Sampaio de Carvalho – SINDUSCON
237 Mariana Nogueira Lisboa Pereira – ABAF
238 Mariene Salatiel Oliveira – CETREL
239 Martin Mayr – ADES
240 Mauro Moreira Borges – CEPEDDES
241 Osvaldina Rocha dos Santos Cruz – Associação Flora Brasil
242 Pedro Souza Rocha – SEPLAN
243 Rafaela Santana da Silva – FETAG
244 Raimundo Nonato Pereira da Silva – CEAQ
245 Renato Pegas Paes da Cunha – GAMBÁ
246 Roberta Casali Bahia Damis – OAB/BA
247 Rúben Zaldivar – IBAMA

- 248 Ruy Aregeu do Amaral Andrade – SINDICOM/BA
249 Sergio Tomich Silva – SEDUR
250 Severino Soares Agra Filho – UFBA
251 Soraya Machado Torres – Associação Bras. da Indústria e Hotéis
252 Wal Goulart de Macedo Santana Junior – UPB
253 **Convidado:**
254 Welton Rocha – INEMA
255 Cibele Carvalho – SEMA